

Título: A constituição do campo assistencial no Brasil

Autor(es) Virna Ligia Fernandes Braga*

E-mail para contato: virna.ligia@gmail.com

IES: FESJF / Minas Gerais

Palavra(s) Chave(s): assistência; pobreza; Minas Gerais; políticas públicas; previdência

RESUMO

Como um problema social sem precedentes, a pobreza tem suscitado debates variados bem como a busca por estratégias capazes de minimizar seus efeitos devastadores. A assistência adquiriu, portanto, um caráter imprescindível no enfrentamento da chamada “questão social”, através de iniciativas da própria sociedade civil e também do poder público. Deste modo, as tentativas de solucionar tal questão remontam às primeiras leis voltadas para os pobres em meados do século XIV e chegam, atualmente, aos modelos de previdência social que conhecemos. Na Europa, a preocupação com os pobres existiu desde a Idade Média e, no Brasil, tal preocupação esteve presente também muito cedo, através de instituições de caridade, laicas e religiosas, existentes desde a Colônia como também das constantes doações do Imperador para o auxílio aos pobres. O objetivo primordial deste trabalho é traçar um panorama da constituição do campo assistencial no Brasil, mais especificamente no estado de Minas Gerais, atentando para a atuação da sociedade civil e do executivo: quais as instituições, de que forma atuavam, como conseguiam se manter, como se organizavam. Qual o papel do governo, as políticas sociais, suas iniciativas para lidar com a questão social. A documentação produzida pelas casas de caridade do estado de Minas Gerais permite compreender a organização e distribuição da assistência em seu âmbito privado, resultante das iniciativas caritativas e filantrópicas oriundas da própria sociedade diante da pauperização. Já os documentos oficiais, produzidos pelo governo mineiro, via Secretaria do Interior, através do setor de Saúde e Assistência Pública, fornecem elementos para a análise das propostas e iniciativas do estado de Minas quando confrontado com a amplitude de sua questão social. A tese abarca um recorte temporal que vai de 1888 a 1923 e tem como marco inicial a abolição da escravidão no Brasil, devido às transformações sociais profundas que o fim da escravidão impôs ao país. O marco final, o ano de 1923, foi escolhido porque, de certo modo, a criação do CNT – Conselho Nacional do Trabalho e da Lei Elói Chaves representa uma iniciativa pioneira por parte do Estado para o longo processo de universalização da assistência ao trabalhador no Brasil, ainda em curso. A pesquisa de doutoramento, em fase final, permite a conclusão de que a assistência social no estado de Minas Gerais organizou-se desde o período imperial, constituindo uma área institucional importante do executivo a partir da República.